

Banqueiro vê maior coesão

30 AGO 1985

Economia -
Brasil

A despeito dos aspectos que envolvem as recentes mudanças na equipe econômica do governo, os problemas a serem enfrentados para o fechamento do acordo com o FMI e os bancos credores permanecem basicamente os mesmos. É o que pensa o vice-presidente do Pittsburgh National Bank — o 25º colocado no **ranking** norte-americano, atualmente com ativos da ordem de US\$ 16,5 bilhões — Lee Hoskins, em visita a S. Paulo, destacando, como pontos positivos na alteração da equipe econômica, uma maior coesão quanto à política econômica a ser seguida daqui para frente e a rapidez com que foram escolhidos os novos personagens do “time” governamental.

“O governo deu provas de grande sensibilidade, ao agir com rapidez na seleção do novo ministro da Fazenda e do presidente do BC, pois se fazia necessário tranquilizar, sem perda de tempo, a comunidade financeira internacional”, observou Hoskins, lamentando, por outro lado, que “agora podemos prever uma menor atenção quanto ao controle do déficit público e da inflação”.

De acordo com o banqueiro, “interessado tanto ao Brasil quanto ao FMI que se chegue a um acordo plurianual e que a dívida seja reestruturada a contento”. Ele não acredita,

contudo, que o acordo com o FMI seja concluído rapidamente, afirmando não acreditar que “seja fechado ainda este ano”.

No entender de Lee Hoskins, o caminho previsto para a renegociação da dívida externa brasileira passa, obrigatoriamente, pelo modelo de renegociação adotado pelo México. O banqueiro o considera adequado para o Brasil, na medida em que o País tem alcançado bom desempenho em termos de balança comercial. “Além disso, terá oportunidade, este ano, de ampliar suas reservas internacionais e melhorar sua situação financeira, desde que não inicie novos projetos.”

No entender do banqueiro, a única forma de fazer ressurgir o mercado voluntário de crédito consiste em planejar o uso do dinheiro novo, restaurando a confiança dos credores. Ele recomenda, para tanto, a fixação de um nível médio de empréstimos para cada nação devedora, durante certo período. Os montantes de crédito passariam a flutuar em torno dessa média, sem que seja, contudo, ultrapassada. “Dessa forma, os banqueiros teriam um certo controle, além de flexibilidade para poder emprestar mais para um país e menos para outro, em determinado mês, em

função de suas necessidades”, observou.

CONFIANÇA

A questão da confiança depende fundamentalmente da administração econômica em cada país devedor. “Temos de chegar ao ponto onde os devedores possam pagar o serviço da dívida de modo menos tenso”, salienta. Quando se é credor, tem-se de ter a certeza de que as condições dos empréstimos serão cumpridas. Se o banco empresta por três meses, precisa do retorno nesse período para poder reempréstimo o dinheiro. Os bancos têm de sentir que detêm o controle dos prazos e taxas acordados entre as partes, prossegue Hoskins.

O banqueiro lembra que no passado predominavam os empréstimos de curto prazo. Como a situação inverteu-se, os banqueiros não se sentem à vontade. Com os acordos plurianuais, os credores poderão voltar a conceder financiamentos de curto prazo e os empréstimos voluntários, nesse caso, poderão voltar. No caso do Brasil, ficou demonstrado, com os significativos superávits comerciais, que é capaz de pagar o serviço da dívida, “o que favorece o retorno à confiança. Se esse superávit se repetir, a confiança será ainda maior”, sustenta.